

As estatísticas e dados a respeito do comportamento do setor real da economia indicam um quadro bastante favorável para o Plano Real. A inflação está no seu nível mais baixo em muitos anos e não se detectam, no momento, pressões exageradas sobre os preços. Cálculos de especialistas em índices de preços mostram que a inflação deverá subir menos de um ponto percentual em decorrência do aumento dos preços dos combustíveis. Se isso se confirmar, a inflação continuará relativamente baixa. Os consumidores, de sua parte, estão contidos, não havendo, portanto, riscos pelo lado da demanda. O mercado funciona. A redução da atividade econômica em relação ao nível registrado no início do ano passado era fato previsível, sendo necessário agora, como mostramos em editorial na sexta-feira, que o governo estimule a reversão dessa tendência.

Esse quadro do lado real da economia não tem correspondência no lado do setor público. Apesar de, em março, a Receita Federal ter tido uma arrecadação recorde, que está sendo estimada preliminarmente em R\$ 8 bilhões, as contas do Tesouro Nacional continuaram desequilibradas. Do ponto de vista estritamente técnico, o novo déficit poderá ser explicado pelo fato de haver um intervalo entre o momento em que a Receita Federal registra o ingresso de recursos e aquele em que os recursos são transferidos para o Tesouro. Os técnicos do governo calculam que, por causa desse intervalo, em março o Tesouro deverá registrar uma receita cerca de R\$ 2 bilhões menor do que a arrecadação contabilizada pela Receita Federal.

Trata-se de um pormenor contábil que deve ajudar o governo a explicar o resultado de suas contas em março. Mas o desequilíbrio das contas do governo não se deve apenas à forma de se fazer registros contábeis. Apenas nos dois primeiros meses deste ano, o Tesouro Nacional acumulou um déficit que corresponde a 90% de todo seu déficit de 1995, ano particularmente ruim para as contas do setor público (União, Estados, muni-

cipios e empresas estatais), que apresentaram um déficit correspondente a 4,95% do PIB.

As pressões sobre o déficit persistem neste ano, praticamente sem grandes mudanças em relação a 1995. As despesas com pessoal, principal item de gastos do Tesouro, continuam a crescer velozmente, mesmo sem que o governo autorize aumentos para o funcionalismo. O crescimento decorre de vantagens que os servidores vão incorporando com o passar do tempo, até mesmo no momento da aposentadoria e, depois, quando aposentados. A expansão vegetativa da folha só será interrompida quando se aprovarem reformas administrativa e previdenciária sérias.

Persistem também as pressões sobre o déficit proveniente da dívida pública. Os gastos financeiros cresceram muito no ano passado por causa da alta dos juros. Neste ano, os juros vêm caindo paulatinamente, mas o saldo devedor está aumentando depressa, como contrapartida ao crescimento das reservas internacionais. O resultado é que as despesas financeiras do governo continuam elevadas.

O governo, no entanto, insiste em tentar convencer a população de que a situação de suas contas não preocupa e está melhorando. Deveria fazer exatamente o contrário. Se mostrasse a realidade como ela é e se revelasse a gravidade de sua situação financeira — por causa do aumento incontrolável de determinados gastos, sobretudo com a folha de pessoal, que impede a expansão e a melhoria de serviços essenciais nas áreas social e de infra-estrutura —, levaria a opinião pública a apoiar de maneira mais enfática as reformas de que o País necessita. Em nome dessa necessidade seria lícito até exagerar o alarme em relação à multiplicação descontrolada da dívida pública.

Mas nada é pior do que tentar escamotear essa realidade. Quando faz isso, o governo parece querer limitar as reformas àquilo em que elas estão se transformando: quase nada.